



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2021 – PE/PMP**  
**ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTOS PELA EMPRESA D.M.P.**  
**EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita sob o CNPJ n. 38.874.848/0001-12**

**Processo Administrativo:** n.º 17060001/2021

**Pregão Eletrônico:** n.º 026/2021 – PE/PMP

**Objeto:** Registro de preço para aquisição de materiais, ferramentas e equipamentos para iluminação pública visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura na execução e manutenção desta atividade no Município de Portalegre/RN.

No dia 19 de agosto de 2021, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio do Município de Portalegre/RN formada pelos membros internos José Alan da Silva Fernandes, Francisco Victor de Souza, e, Antônio Klenylson Fernandes Leite, reuniram para julgamento do recurso interposto contra a decisão de habilitação, referente a empresa DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI inscrita no CNPJ nº 37.227.550/0001-58.

**RESPOSTA AO RECURSO DA REQUERENTE:** D.M.P. EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita sob o CNPJ n. 38.874.848/0001-12.

**1. ANALISANDO O RECURSO:**

**1.1. Das Preliminares e Tempestividade**

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa supracitada, na data de 13 de agosto de 2021, em face da decisão resultante do julgamento dos documentos relativos a Habilitação, referente ao certame licitatório Pregão Eletrônico nº 026/2021, cuja a habilitação prévia se deu no dia 12 de agosto do corrente ano, julgando assim TEMPESTIVO, por apresentar dentro do prazo descrito no Decreto Federal nº 10.024/2021.

**2. DAS RAZÕES DO RECURSO E DO QUESTIONAMENTO:**

- 2.1. Em suma, a recorrente alega que a "empresa deixou de apresentar Balanço Patrimonial em consonância com o Edital.";
- 2.2. A mesma discorre, fazendo menção ao Instrumento Convocatório, especificamente ao disposto no subitem 8.10.5, onde diz que "Não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015)", e em busca detalhada, encontra o conceito verificado no supracitado artigo deste decreto, que diz: "Na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.";
- 2.3. O entendimento fixado pela empresa requerente demonstra que "não se trata de fornecimento de bens a pronta entrega, visto que a entrega será de forma parcelada (a critério da Administração) e com prazo de entrega em 14 (quatorze) dias. Também não é o caso de locação de materiais. Assim, cabe a inabilitação da empresa vencedora.".

**3. DO MÉRITO:**

- 3.1. O artigo 37 da Constituição Federal de 1988, além de versar acerca dos princípios que regem a administração pública direta e indireta dos Poderes da União, dos

✓



Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, apresenta, outrossim, em seu inciso XXI, a obrigatoriedade de realização de processo de licitação pública para execução de obras, serviços, compras e alienações.

- 3.2. A licitação consiste em processo administrativo por meio do qual deve-se assegurar a igualdade de condições aos participantes, e tem por fim buscar as propostas mais vantajosas à Administração Pública. Em consonância com o artigo 3º da Lei 8.666 de 1993, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

#### 4. DO JULGAMENTO:

- 4.1. Observe o exposto no item 8.10, do Edital de Licitação, subitem 8.10.2:

4.1.1. 8.10.2. *Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;*

- 4.2. Veja também o que diz o Edital de Licitação, subitem 8.10.2.1:

8.10.2.1. *No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, NÃO será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);*

- 4.3. Em análise criteriosa ao texto editalício, e observando o comentário do renomado jurista Sidney Bittencourt, mestre em Direito pela UGF, considerado o mais prolífico autor brasileiro de obras sobre a temática jurídica das licitações e contratos:

*“Situação sui generis ocorre no caso de microempresa, principalmente em função do tratamento diferenciado a ela conferido pelo art. 175 da Constituição Federal, vigindo, para essa, o Estatuto das Microempresas, que afasta a necessidade de possuírem demonstrações contábeis, o que não impede que o edital exija essas demonstrações referentes ao último exercício social, de modo a permitir uma avaliação das condições financeiras para arcar com o compromisso. De outra forma, entendendo a Administração licitadora que o objeto é simples e facilmente executável, poderá não exigir a demonstração no edital. (in Licitação passo a passo. 4ª ed. atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Temas & idéias Editora, 2002, p. 158)” (Grifei e Negritei).*

- 4.4. Outrossim, o Prof. Carlos Pinto Coelho Motta versou:

*c) As microempresas e empresas de pequeno porte devem, igualmente, elaborar o balanço patrimonial, considerando que, nesse aspecto, a LNL*





*não foi derogada pela LC 123/06. (in Eficácia nas Licitações e Contratos. 11ª ed. rev. E atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2008, 389);*

- 4.5. Assim, entendemos que houve um lapso em não exigir, de fato, a apresentação de Balanço Patrimonial no documento editalício e, obedecendo aos princípios da legalidade, moralidade, igualdade, impessoalidade, probidade administrativa, e ainda buscando contribuir para o aspecto competitivo da licitação, consideramos válidas as argumentações e fundamentações apresentadas pela recorrente, principalmente em virtude da Lei nº 9317/96 que foi totalmente revogada pela Lei nº 123/2006;
- 4.6. Além disso, revendo os atos, e as peças processuais notamos que as alegações estão bem fundamentas no tocante a "Pronta-Entrega", onde no Termo de Referência elaborado pela Secretaria requisitante, em seu item 1.2., é clara na seguinte definição: "Os produtos objeto deste termo serão solicitados gradativamente ao fornecedor, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINF", não configurando assim uma entrega rápida.

## 5. DECISÃO:

- 5.1. Por todo o exposto, manifesta o Pregoeiro Municipal, juntamente com a Equipe de Apoio que há fundamentos/motivos legais que justifiquem a Inabilitação da empresa DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI inscrita no CNPJ nº 37.227.550/0001-58. O Pregoeiro Municipal decide por receber o Recurso e, no mérito, julgar pelo **PROVIMENTO**.
- 5.2. É como decido.

Portalegre/RN, 19 de agosto de 2021.

*José Alan da Silva Fernandes*  
Pregoeiro  
CPF 087.712.044-74  
Matrícula Nº 587

**JOSÉ ALAN DA SILVA FERNANDES**  
Pregoeiro Municipal  
Portaria n.º 178/2021 – GP/PMP